

VERIFICANDO A EVIDÊNCIA: O JUIZ E O HISTORIADOR¹

Checking the Evidence: The Judge and the Historian

Carlo GINZBURG

RESUMO

Carlo Ginzburg reflete sobre a atitude do historiador em relação à questão da evidência, da prova e da verdade, palavras que sugerem tom fora de moda no atual quadro das ciências humanas e que provocam desconforto entre os estudiosos do passado. A fim de separar ficção do conhecimento da realidade, o autor observa práticas do ofício de historiadores, de juízes, de romancistas, rejeitando completamente o relativismo.

Palavras-chave: historiador, juiz, prova, verdade, positivista, relativismo.

SUMMARY

Carlo Ginzburg reflects about the attitudes of historians in regards to the question of evidence, proof and truth, words that suggest a tone out of the standard in the present chart of human sciences and that provokes discomfort amongst the scholars of the past. With the intent of separating fiction from the knowledge of reality, the author observes the practices of historians, judges, and romanticists, completely rejecting relativism.

Keywords: *historian, judge, proof, truth, positivist, relativism.*

1

Evidência, como *pista* ou *prova*, é uma palavra crucial para o historiador e para o juiz. Essa afinidade implica tanto em convergências quanto em divergências

que têm sido reconhecidas ao longo tempo. Alguns desenvolvimentos recentes no trabalho do historiador aprimoraram o entendimento deste velho tópico.²

¹ Checking the Evidence: The Judge and the Historian *Critical Inquiry*, Vol. 18, No. 1. (Autumn, 1991), pp. 79-92, The University of Chicago Press. Tradução: Prof. Dr. Marcos Alberto Horta Lima, professor do Curso de História da Fundação de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB).

² Tratei de alguns dos resultados mencionados neste artigo nos meus seguintes trabalhos: "Clues: Roots of an Evidential Paradigm" e "The Inquisitor as Anthropologist?", *Clues, Myths, and the Historical Method*, trad. John e Anne C. Tedeschi (Baltimore, 1989), pp. 96-125,

Nos últimos 2.500 anos, desde o princípio do gênero literário que denominamos por “história”, na antiga Grécia, o relacionamento entre história e lei é bem próximo. De fato, a palavra grega *historia* deriva da linguagem médica, mas o seu sentido subentendido está relacionado com a linguagem jurídica. História, como Arnaldo Momigliano enfatizou anos atrás, como atividade intelectual independente, emergiu da intersecção entre medicina e retórica. Seguindo o exemplo da medicina, o historiador analisou casos e situações procurando pelas causas naturais desses; seguindo as prescrições do juiz – uma técnica ou uma arte, nascida em tribunal – ele comunicou os resultados de sua investigação.³

Dentro da tradição clássica, escritos históricos (e poéticos também) tinham de exibir uma característica que os gregos denominam *enargheia* e os Romanos *evidentia in narratione*: a capacidade de transmitir uma vívida representação de personagens e situações. O historiador, como o advogado, tinha expectativa de fazer um convincente argumento transmitindo a ilusão da realidade não por meio da exibição de provas coletadas por ele ou por outros.⁴ Coletar provas, até a metade do século XVIII, foi atividade praticada por antiquários e eruditos, não por historiadores.⁵ Quando, em seu *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire* (1769), o erudito Jesuit Henri

Griffet comparou o historiador ao juiz que cuidadosamente avalia provas e testemunhos, expressou uma necessidade intelectual ainda não estabelecida. Somente em alguns anos mais tarde, Edward Gibbon publicou o seu *Decline and Fall of Roman Empire*, o primeiro trabalho que efetivamente combinou narrativa histórica com método antiquário.⁶

A comparação entre o historiador e o juiz tem se estendido ao longo do tempo. Em seu famoso *mote* (primeiro pronunciado por Schiller) *Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*, Hegel, através do duplo significado de *Weltgericht* [“corte de justiça do mundo” assim como “julgamento final”], expressou o coração de sua própria filosofia da história: a secularização da visão cristã do mundo histórico [*Weltgeschichte*].⁷ O *mote*, com toda a sua ambigüidade, enfatiza a sentença do julgamento. Griffet, pelo contrário, tinha focado a etapa anterior, quando o juiz (e igualmente o historiador) procede à justa avaliação de provas e testemunhos. Em direção ao final do século, Lord Acton, em sua conferência inicial como *Regius Professor* de História Moderna de Cambridge (1895), acentua a relevância de ambas as etapas: historiografia, na medida em que esteja baseada na evidência, pode sobrepor feudos e tensões por se tornar “um tribunal reconhecido e o mesmo para todos”⁸. Essas palavras refletem ampla tendência do pensamento, reforçada pela atmosfera

156-64; introdução a Peter Burke, *Cultura popolare nell'Europa moderna*, trad. Federico Canobbio-Codelli (Milan, 1980), pp. xiv-xv; “Proofs and Possibilities: In the Margins of Natalie Zemon Davis’ *The Return of Martin Guerre*,” trad. Anthony Guleratne. *Yearbook of Comparative and General Literature*, n.37 (1988): 114-27, esp. p. 116 n.7; “Montrer et citer: La Vérité de l'histoire.” *Le Débat* 56 (Sept.-Oct. 1989): 43-54; e “Just One Witness”, in *Probing the Limits of Representation: nazism and the Final Solution*, ed. Saul Friedlander (Cambridge, Mass., forthcoming). Parte deste artigo se baseia em passagens tiradas do meu livro *Il giudice e lo storico: Considerazioni in margine al Processo Sofri* (Torino, 1991).

³ Ver Arnaldo Momigliano, “History between Medicine and Rhetoric”, *Ottavo contributo alla storia degli studi classici e dei mondo antico*, trans. Riccardo Di Donato, (Rome, 1987), pp. 14-25.

⁴ Ver Ginzburg, “Montrer et citer”.

⁵ Ver Momigliano, “Ancient History and the Antiquarian”, *Contributo alla storia degli studi classici* (Rome, 1955), pp. 67-106.

⁶ Ver Henri Griffet, *Traité des différentes sortes de preuves qui servent à établir la vérité de l'histoire*, 2d ed. (Liege, 1770). Allen Johnson, em seu *Historian and Historical Evidence* (New York, 1926), fala do *Traité* como “o mais importante livro sobre método após *De re Diplomatic* de Mabillon” (p. 114). Ver também Momigliano, “Ancient History and the Antiquarian”, p. 81. e Ginzburg, “Just One Witness”. Sobre Gibbon, ver Momigliano, *Sesto contributo alla storia degli studi classici e dei mondo antico* (Rome, 1980), pp. 231-84.

⁷ Compare Karl Löwith. *Meaning in History* (Chicago, 1949), p. 12: “a história do mundo é a corte da justiça do mundo”. Nessa tradução inglesa as implicações do *mote* religioso, acentuadas por Löwith (p. 58) desaparecem. Como foi mostrado para mim por Alberto Gajano, Hegel menciona o *mote* no mínimo três vezes: comparar “Heidelberger Enzyklopädie”, §448, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, vol. 12 of *Werke in zwanzig Bänden*, ed. Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel (Frankfurt am Main, 1970), p. 559; *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*, §548, vol. 10 of *Werke in zwanzig Bänden*, p. 347; e *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. §340, vol. 7 of *Werke in zwanzig Bänden*, p. 503. De um ponto de vista geral, comparar Reinhart Koselleck, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*, trans. Keith Tribe (Cambridge, Mass., 1985), pp. 34, 106, 253.

⁸ Lord Acton, “Inaugural Lecture on the Study of History”, *Lectures on Modern History*, ed. John Neville Figgis and Reginald Vere Laurence (London, 1906), p. 17.

positivista dominante. Do fim do século dezenove, e no decorrer das primeiras décadas do século vinte, boa parte da historiografia – acima de tudo, historiografia política e, de maneira especial, a historiografia sobre a Revolução Francesa – se desenvolve numa atmosfera judicial.⁹ Mas aqui emerge uma ruptura. Um historiador como Hippolyte Taine, que se considerou um “zoologista moral”, trouxe à tona reações reservadas daqueles historiadores que tentaram combinar engajamento político e neutralidade científica. Alphonse Aulard, por exemplo, comparou a atitude de Taine em relação à Revolução àquela do “juiz desapassionado, superior”. Aulard e seu oponente, Albert Mathiez, baseados em arquivos detalhados, preferiram tomar o papel tanto do acusador quanto da defesa para provar a culpa de Robespierre ou a corrupção de Danton. Essa tradição, apoiada na linguagem moral e política do tribunal de justiça, seguido por condenação ou absolvição, continuou a acontecer no decorrer do tempo: *Un Jury pour la Révolution*, de Jacques Godechot, historiador bem conhecido da Revolução Francesa, foi publicado em 1974.¹⁰

Esse modelo judicial, por enfatizar tendências já existentes, compreende duplo impacto na historiografia. Por um lado, impulsiona os historiadores a focar eventos (políticos, militares, diplomáticos) que seriam facilmente atribuídos a ações específicas desempenhadas por um ou mais indivíduos; por outro, ele desconsidera aqueles fenômenos (como vida social, *mentalités*, e assim por diante) que resistem a uma aproximação baseada nessa estrutura interpretativa. Como no negativo da fotografia, reconhecemos o

reverso do lema dos *Annales d'histoire économique et sociale*, o período iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929: a rejeição da então denominada *histoire événementielle* assim como a ênfase do fenômeno histórico menos evidente porém mais significativo. Não surpreende que, no inacabado livro de Bloch sobre método, encontramos seguinte a irônica sentença: “Robespieristas! AntiRobespieristas! Tenham dó, simplesmente diga-nos o que foi Robespierre”. Sendo confrontado com o dilema “Julgar ou Compreender”, Bloch escolheu sem hesitar o último.¹¹

Retrospectivamente, parece óbvio que essa tinha de ser necessariamente a alternativa vitoriosa. Para provar esse ponto, dois exemplos tirados da historiografia da revolução francesa serão suficientes. O esforço de Mathiez para explicar a política de Danton através de seus amigos e de sua própria corrupção parece hoje claramente inadequado; ao contrário, a reconstrução do Grande Medo de 1789 de Georges Lefebvre é agora considerada um clássico da historiografia contemporânea.¹² Estritamente falando, Lefebvre não era membro do grupo dos *Annales*, mas o seu *Grande Peur de 1789* não poderia nunca ter sido escrito sem *Lés Rôis Thaumaturges*, publicado por Bloch em 1924, que ainda era colega de Lefebvre na Universidade de Strasbourg.¹³ Ambos os livros tratam de entidades inexistentes: o poder de cura da escrófula atribuído aos Reis da França e da Inglaterra e os ataques lançados por imaginários bandidos para apoiar uma suposta “conspiração aristocrática”. A relevância histórica de tais eventos que nunca tomaram lugar é fundamentada na eficiência simbólica deles: isto é, a

⁹ Sobre “judicial historiography”, ver as primorosas observações de Luigi Ferrajoli, *Il manifesto*, 23-24 Feb. 1983.

¹⁰ Ver Jacques Godechot, *Un Jury pour la Révolution* (Paris, 1974). Ver também *L'albero della Rivoluzione: Le interpretazioni della Rivoluzione Francese*, ed. Bruno Bongiovanni and Luciano Guerci (Torino, 1989), que achei muito apropriado, em particular, os itens “Alphonse Aulard” and “Albert Mathiez”, por Michel Vovelle, e “Hippolyte Taine”, por Regina Pozzi. Alphonse Aulard, *Taine: Historien de la Révolution française* (Paris, 1907), contém esta observação característica: “Eu tenho convicção, portanto, que o correto é, não parecer imparcial, mas ser imparcial”. [“Je crois donc être sûr, je ne dis pas de paraître impartial, mais d’être impartial”], (p. vii). Ver também *Sitzungsberichte der Akademie der Wissenschaften, Eine Jury für Jacques Roux: Dem Wirken Walter Markovs gewidmet*, ed. Manfred Kossok (Berlin, 1981).

¹¹ Marc Bloch, *The Historian's Craft*, trad. Peter Putnam (New York, 1953), p. 140.

¹² Ver Albert Mathiez, *La Corruption parlementaire sous la Terreur*, 2d ed. (Paris, 1927), and Georges Lefebvre, *La Grande Peur de 1789* (Paris, 1932). A antítese entre esses dois livros é meramente simbólica; por exemplo, não considera o livro *Vie chère et le mouvement social sous la Terreur* (Paris, 1927), de Mathiez. Sobre Mathiez, ver François Furet and Mona Ozouf, *Dictionnaire critique de la Révolution française* (Paris, 1988), s. v. “Histoire universitaire de La Révolution”, pp. 990-91. Sobre Lefebvre, ver Jacques Revel's introduction to Lefebvre, *La Grande Peur de 1789*.

¹³ Ver Bloch, *Les Rois thaumaturges: Études sur La caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre* (Strasbourg, 1924). Comparar Guerci, “Georges Lefebvre”, in *L'albero della Rivoluzione*.

maneira pela qual eles foram percebidos pela multidão de indivíduos anônimos. Estamos claramente bastante distantes da historiografia moralista inspirada no modelo judicial.

A diminuição do prestígio desse tipo de historiografia deve ser saudado, acredito, como fenômeno positivo. No entanto, ainda que há vinte anos fosse possível subscrever sem emitir juízo algum sobre a clara separação entre o juiz e o historiador sugerido por Bloch, hoje, as coisas parecem mais complicadas. Mais e mais, crescemos impacientes não apenas com a historiografia inspirada no modelo judicial, mas também com o elemento sugerido por Griffet em sua analogia entre o historiador e o juiz: a noção de prova.

2

Nos últimos vinte e cinco anos, palavra como *prova*, ou mesmo *verdade*, (associada à primeira por forte nexos, embora histórico), adquiriu nas ciências sociais tom fora de moda, evocando implicações positivistas. Essa reação indiscriminada, penso, sugere uma confusão que precisa ser esclarecida. Há um elemento no positivismo que deve inequivocamente ser rejeitado: a tendência para simplificar a relação entre evidência e realidade. Na perspectiva positivista, a evidência é analisada apenas para determinar se, e quando, ela implica em distorção, seja intencional ou sem intenção. O historiador é, por conseguinte, confrontado com várias possibilidades: o documento poder ser falso; o documento pode ser autêntico, mas duvidoso, na medida em que a informação dele proveniente pode ser mentirosa ou errada; ou o documento pode ser autêntico e confiável. No primeiro dos dois casos, a evidência é desprezada; no último caso, a evidência é aceita, mas apenas como evidência de *outra* coisa. Noutras palavras, a evidência não é considerada documento histórico em si mesmo, mas

como meio que se compreende prontamente – como uma janela aberta que nos dá acesso direto à realidade.

Esses princípios, ainda compartilhados por inúmeros historiadores contemporâneos (incluindo alguns ferrenhos críticos do positivismo), estão sem dúvida errados e são intelectualmente inúteis. Mas a abordagem cética que se tornou tão persuasiva nas ciências sociais vai muito além da pronta rejeição dessas premissas, caindo no que chamaria de armadilha oposta. Ao contrário de lidar com a evidência como uma janela aberta, céticos contemporâneos consideram-na um muro que, por definição, impede qualquer acesso do historiador à realidade. Essa atitude antipositivista extrema, que considera todo princípio referencial como ingenuidade teórica, resulta numa espécie de positivismo invertido.¹⁴ Ingenuidade teórica e sofisticação teórica compartilham princípio bastante simplista: ambos tomam por certo a relação entre evidência e realidade.

Contudo, tal relação deve ser considerada altamente problemática. Muitos anos atrás, em seu pioneiro *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII* (1954), Arsênio Frugoni denunciou efetivamente a difundida falácia erudita pela qual diferentes partes da evidência, escritas de várias perspectivas (algumas vezes mesmo conflitantes), são combinadas para construir narrativa fluente e homogênea.¹⁵ Conclusões de Frugoni, fundamentadas na análise de um grupo de textos literários, têm valor mais geral. Deve-se acentuar que os historiadores – se eles tratam de fenômeno distante, recente, ou mesmo contínuo – nunca apreendem a realidade diretamente. O trabalho deles é necessariamente inferencial. Uma parte da evidência histórica pode ser tanto involuntária (um crânio, uma pegada, uma relíquia alimentar) ou voluntária (uma crônica, um ato jurídico, um garfo). Mas em ambos os casos uma estrutura interpretativa específica é necessária, que deve ser relacionada (nesse último caso) ao código específico segundo o qual a evidência

¹⁴ A atitude de Marcel Mauss foi largamente diferente: ver o seu “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie”, *Sociologie et anthropologie* (Paris, 1960), pp. 281-310; trad. Ben Brewster, sob o título *Sociology and Psychology: Essays* (Boston, 1979). Ver especialmente página 287, onde ele rejeita a tendência de separar “A consciência do grupo todo é seu substrato material e concreto. Na sociedade há algo além das representações coletivas, tão importante ou tão preponderante quanto essas”. [“La conscience du groupe de tout est son substrat matériel et concret. Dans la société, il y a autre chose que des représentations collectives, si importantes ou si dominantes qu’elles soient”.]

¹⁵ Ver Arsenio Frugoni, *Arnaldo da Brescia nelle fonti del secolo XII* (1954; Torino, 1989), com introdução de Giuseppe Sergi, “Arsenio Frugoni e la storiografia del restauro”. Ver também Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, pp. 123-24.

tem sido construída.¹⁶ Evidência de ambos os tipos pode ser comparada ao vidro distorcido. Sem uma profunda análise de suas inerentes distorções (as regras segundo as quais ela foi construída e/ou ela deve ser entendida), uma sólida reconstrução histórica é impossível. Mas essa afirmação deveria ser lida também ao contrário: uma leitura puramente interna da evidência, sem nenhuma menção a sua dimensão referencial, também é impossível. A falha definitiva de *Le Miroir d'Herodote*, do brilhante, mas incorreto livro de François Hartog, é instrutiva. Para reconstruir a representação do Outro de Heródoto (os citas), exclusivamente apoiado sobre o texto de Heródoto, provou ser uma meta inalcançável.¹⁷ A injunção da moda para estudar a realidade como texto deveria ter o suplemento da advertência segundo a qual nenhum texto pode ser compreendido sem referência à realidade extratextual.

Ainda que rejeitemos o positivismo, mesmo assim, devemos nos confrontar com as noções como “realidade”, “prova” e “verdade”. Isto não significa, naturalmente, que aquele fenômeno inexistente ou documentos falsos são historicamente menos relevante aos historiadores. Setenta anos atrás, Bloch e Lefebvre ensinaram o oposto. Mas as análises das representações sociais não podem desconsiderar o princípio da realidade. O medo dos camponeses franceses no verão de 1789 tem mais profundidade, mais revelações, mais implicações significativas, na medida em que é possível demonstrar que o fenômeno que o disparou – aqueles agressivos bandidos delirantes – nunca existiu. Podemos concluir, portanto, que as tarefas de ambos, do historiador e do juiz, implicam na habilidade para demonstrar, de acordo com as regras específicas, que x fez y, onde x pode dar a conhecer o ator principal de um evento histórico ou de um ato legal, apesar de inominado, e y designou qualquer tipo de ação.¹⁸ Mas, por vezes, casos que o juiz desprezaria como juridicamente inexistente

convertem-se em algo frutífero aos olhos do historiador.

3

De fato, historiadores e juizes tradicionalmente têm tido objetivos amplamente divergentes. Durante muito tempo historiadores trataram exclusivamente com eventos políticos e militares: com Estados, não indivíduos. Agora Estados, contrariamente dos indivíduos, não podem ser levados à corte. De Tucídides a Maquiavel, a Hegel, e para além dele, esse fato inegável inspirou intensas, às vezes trágicas, reflexões sobre a amoralidade do poder, sobre o Estado como instrumento de forma superior de moralidade, e assim por diante.

Existe, contudo, um gênero limítrofe, o qual trata de vidas individuais: biografia. Até mesmo esse tipo de atividade intelectual foi transmitido para nós pelos gregos antigos. Em suas Conferências de Harvard, *The Development of Greek Biography*, Momigliano enfatizou a duradoura diferença entre história e biografia como gênero literário.¹⁹ Droysen, o grande historiador do século dezanove, escreveu que era possível escrever a biografia de Alcibiades, Cesare Borgia, e Mirabeau – mas não de César ou Frederico o Grande. Como Momigliano explicou, “o aventureiro, o faltoso, a figura marginal, eram assuntos para biografia”.²⁰ As vidas, contudo, de “indivíduos mundos-histórico”, como Hegel os rotulou, eram para ser identificados com a história universal.

Mas o século XIX não foi apenas o século de Napoleão. Foi também o século do pleno acesso da burguesia ao poder, a transformação da Europa rural, do crescimento selvagens das cidades, das primeiras lutas de trabalhadores e o princípio da emancipação das mulheres. Para uma análise histórica desse fenômeno foram necessárias novas categorias, novos métodos de pesquisas, novas estruturas estilísticas. Mas a história social, sucessora intelectual da *histoire*

¹⁶ Gostaria de agradecer a Immanuel Wallerstein com quem três anos atrás tive uma longa conversa sobre este tópico que envolveu frutuosas discórdias.

¹⁷ Ver François Hartog, *Le Miroir d'Herodote: Essai sur la représentation de l' autre* (Paris, 1980); trad. Janet Lloyd, sob o título *The Mirror of Herodotus: The Representation of the Other in the Writing of History* (Berkeley, 1988). Ver também Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, pp. 121-22.

¹⁸ Sobre a noção judicial de prova, ver Ferrajoli, *Diritto e ragione: Teoria del garantismo penale* (Rome, 1989), p. 108.

¹⁹ Ver Momigliano, *The Development of Greek Biography* (Cambridge, Mass., 1971).

²⁰ *Ibid.*, pp. 2-3.

des moeurs do século dezoito, desenvolveu lentamente. Um primeiro exemplo de história escrita de baixo para cima, o bem conhecido *Essai sur l'histoire de la formation et du progrès du Tiers Etat* (1850) de Augustin Thierry, tomou a forma de uma “biografia imaginária”. Num curto ensaio “*Historie véritable de Jacques Bonhomme, d’après les documents authentiques*” (1820), Thierry traçou a biografia de Jacques, o protótipo do camponês francês – uma biografia que durou vinte séculos, da invasão romana até o presente. Isso, obviamente tinha a intenção de ser uma “brincadeira”, “*une plaisanterie*”, mas uma brincadeira amarga. Ao focar sobre uma única personagem, Thierry enfatizou que no fim das contas a dominação foi diferente (Romanos, Francos, Monarquia Absoluta, República, Império, Monarquia Constitucional), que as formas de poder tinham mudado, mas a dominação sobre os camponeses persistia, geração após geração.²¹ O mesmo esquema narrativo foi usado por Michelet na primeira seção de sua *La Sorcierè* (1862): as transformações, tanto quanto o contínuo esconder da bruxaria medieval, foram expressas por uma mulher, a Bruxa, agindo por meio de uma série de eventos que de fato tinham durado séculos. Isso parece obviamente que Michele tomou sua inspiração de Thierry. Em ambos os casos, a personagem simbólica enfatiza uma multidão de vidas oprimidas pela miséria e opressão: as vidas daqueles indivíduos que, como lemos no verso inesquecível de Baudelaire, “n’ont jamais vécu!”²². Dessa maneira, historiadores responderam o desafio partindo de um romancista como Balzac.²³ A mistura da

biografia imaginária e *documentos autênticos* permitiram aos historiadores a oportunidade de sobrepor a três obstáculos; a irrelevância do tópico (camponeses, bruxas) de acordo com critério tradicional; a escassez de evidências; e a ausência de modelos estilísticos. Alguma coisa similar já tinha acontecido após o triunfo do Cristianismo, quando a emergência de novos tipos humanos – bispos, santos masculinos e femininos – inspiraram esforços para retomar velhos modelos biográficos, assim como criar novos modelos.²⁴

Orlando de Virgínia Woolf (1928) pode ser considerado como um convergente, embora diferente, experimento, na medida em que o livro se baseia mais na invenção literária do que na reconstrução histórica. Nesse caso, o herói, que orgulhosamente caminha através dos séculos, é mais marginal do que o de sempre: um andrógino. Esse trabalho parece ser mais uma prova de que o esquema narrativo que estou descrevendo, longe de ter implicações puramente técnicas, foi uma tentativa consciente para sugerir uma dimensão histórica escondida ou pouco visível. Personagens eternas, construídas sobre uma escala maior que a humana, como Jacques Bonhomme ou a Bruxa, foram concebidas como projeção simbólica de uma multidão de esquecidos, decretados à completa irrelevância.²⁵

4

Mencionar nesse contexto uma noção de evidência histórica (para não dizer judicial) seria

²¹ Esse pequeno ensaio apareceu primeiro em *Le Censeur européen*, 12 May 1820; reaparece em Augustin Thierry. *Dix ans d'études historiques* (Paris, 1835), pp. 308-17. Tenho recorrido à edição de 1842, Milan. Ver também Lionel Gossman, *Augustin Thierry and Liberal Historiography*” suppl. to *History and Theory*, no.15 (1976): 1-83; Pozzi, introduction to Thierry, *Scritti storici* (Torino, 1983); and Marcel Gauchet, “Les *Lettres Sur l'histoire de France* d’ Augustin Thierry”, in *Les Lieux de mémoire*, ed. Pierre Nora. 2 vols. (Paris, 1986), vol. 2, pt. 1, pp. 247-316.

²² “Ainda que a maioria nunca o saiba/ A doçura do lar nunca é real” [“Encore la plupart n’ont-ils jamais connu / La douceur du foyer n’ont jamais vécue” (Charles Baudelaire, .Le Crépuscule du soir”], 11. 38-39. *Les Fleur du mal*, in *Oeuvres complètes*, ed. Y.-G. le Dantec (Paris, 1961), p. 91.

²³ Ver Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, p. 120. Em comentário que *L'Histoire véritable de Jacques Bonhomme* foi imediatamente seguido em *Le Censeur européen* por uma revisão entusiasmada, também por Thierry, *Ivanhoe* de Walter Scott Gauchet comments: “As fontes sugerem que o romance histórico indica que a técnica é o que possibilita explorá-lo”. [“Ce que les sources suggèrent, le roman historique révèle que la technique existe qui permet l’explorer”] (Gauchet, “Les *Lettres Sur l'histoire de France* d’ Augustin Thierry”. p. 274).

²⁴ Ver Momigliano, “Marcel Mauss e il problema della persona nella biografia greca” e “The Life of St. Macrina by Gregory of Nyssa”, in *Ottaw contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, pp. 179-90, 333-47.

²⁵ Eu me pergunto se a idéia central de Orlando de Virgínia Woolf: *A Biograplay* (New York, 1928) foi inspirada em *She, a History of Adventure* (London, 1887), a bem-sucedida novela vitoriana de Henry Rider Haggard.

obviamente sem sentido. Afinal, nenhum dos livros que mencionei pode ser considerado como exemplo de escritos históricos. Mesmo *La Sorcière*, quando de sua publicação, numa atmosfera já impregnada pelo positivismo, foi rejeitado como um tipo de novela.²⁶ Mas as coisas mudaram desde então. Hoje o livro de Michelet é amplamente considerado como um dos importantes trabalhos da historiografia do século dezenove. Essa mudança na apreciação está relacionada à mudança bem maior, que (como os exemplos que analiso mostrará), rigorosamente, levou ao centro do debate historiográfico contemporâneo a periférica e obscura área compreendida entre a história e a ficção.

Vamos começar com *Medieval People* de Eileen Power (1924). Power foi responsável, com Sir John Clapham, pelo projeto do *The Cambridge Economic History of Europe*; por muitos anos, até a sua prematura morte em 1941, ela ensinou história econômica na London School of Economics.²⁷ *Medieval People* é um livro brilhante, baseado em pesquisa de primeira-mão, embora endereçado ao público não especializado. O livro fornece uma imagem da sociedade medieval a partir de uma série de descrições de “pessoas realmente comuns e incógnitas, com a exceção de Marco Pólo”. Power comenta em sua introdução que “freqüentemente há tanto material para reconstruir a vida de alguma pessoa muito comum quanto há para escrever uma história de Robert da Normandia ou de Philippa de Hainault”²⁸. Essa desafiadora afirmação é provavelmente exagerada. Apesar de sua incomum habilidade em combinar erudição e imaginação, Power falha ao demonstrar sua tese. Significativamente, Eglentyne e a esposa de Ménagier, as duas únicas mulheres na série, são tomadas de dois textos literários amplamente diferentes, ambos escritos por homens: Chaucer e o suposto Ménagier de Paris, o autor de livro de instruções para sua esposa, escrito entre 1392 e 1394. Ainda mais significativa é o fato de que o herói do primeiro capítulo de Power, Bodo, o camponês, é

pouco mais de um nome inscrito num livro de bens patrimoniais compilado durante o reinado de Charlemagne por Irminon, abade de Saint-Germain-des-Prés. A partir desse documento, nós lemos que Bodo tinha esposa, Ermentrude, e três filhos, Wido, Gerbert, e Hildegard; também obtemos alguma informação acerca das terras que usa para sua penosa labuta. Para acrescentar algo concreto a esses toscos dados, Power delineou o ambiente social em que Bodo viveu. Ela explica a organização do trabalho na terra dos abades, o relacionamento entre o senhor e o tribunal presbítero, quantidade de demanda de trabalho dos arrendatários das tenências. Então ela observa: “Deixa-nos tentar imaginar um dia em sua vida. Na refinada manhã de primavera, em direção ao fim do reino de Charlemagne, Bodo acorda cedo” (*MP*, p.7). As descrições que seguem incluem esforços para reconstruir as crenças e superstições de Bodo: “se você continua seguindo atrás de Bodo quando ele cava o primeiro sulco na terra, você provavelmente o teria visto tirado de seu colete um pedaço de bolo, assado para ele por Ermentrude, feito de tipos diferentes de refeições, e o teria visto parar e descansar no sulco de terra e cantar: ‘Terra, Terra, Terra!’ Nossa mãe!” (Aqui esta um texto de uma música anglo-saxão; *MP*, p. 12).

Não há necessidade em acentuar as diferenças entre a vida de Jacques Bonhomme, esquematizada em poucos traços por Thierry, em 1820, e a detalhada descrição da vida de Bodo fornecida por Power um século depois. No primeiro, a evidência, foca um herói simbólico que atravessa os vinte séculos; no último, se concentra em torno de um indivíduo verdadeiro, dentro de tempo homogêneo. Em ambos os casos, contudo, evidências escassas e fragmentadas têm sido suplementadas com elementos tomados de contextos (diacrônico, no primeiro caso, sincrônico, no segundo). Mas Power, que partiu de uma premissa realista, não simbólica, usa a noção contextual de maneira bastante flexível. Por exemplo, é improvável que Bodo, cidadão de Ilê-de-France, tenha cantado uma música Anglo-

²⁶ Ver o prefácio de Paul Viallaneix to Jules Michelet, *La Sorcière* (Paris, 1966), p. 20.

²⁷ Ver prefácio de M. M. Postan a *Economic Organization and Policies in the Middle Ages*, vol. 3 of *The Cambridge Economic History of Europe*, ed. Postan, E. E. Rich, and Edward Miller (Cambridge, 1965), p. v, e J. H. Prefácio de Clapham a essa primeira edição, ed. Clapham and Eileen Power (Cambridge, 1941), pp. v-viii. Sobre Power, vista como uma versão feminina de Bloch, ver Natalie Zemon Davis, “History’s Two Bodies”, *American Historical Review* 93 (Feb. 1988): 1-30, esp. p. 18.

²⁸ Power, *Medieval People* (Boston, 1924), pp. viii, vii; daqui para frente abreviado *MP*.

saxônica. Ademais, quando lemos que “Bodo certamente tiraria férias e iria à feira” (MP, p. 21)²⁹, imediatamente compreendemos que isso é uma suposição. Mas somente o leitor ingênuo ao ler uma despropositada sentença como “Bodo não assobiava no frio” (MP, p. 7) poderia perguntar se ela esta baseada em alguma evidência. A integração anterior, como outras muitas do livro de Power, confia numa específica compatibilidade histórica, a última, sobre uma plausibilidade geral e vaga (camponeses de hoje assobiam; eles certamente assobiavam mesmos nos tempos de Charlemagne). Mas assobio humano, mesmo sendo uma prática cultural, não pode ser automaticamente projetado sobre a sociedade.

No prefácio dela ao *Medieval People*, Power diz que “história social proporciona em si mesma o que deve ser particularmente chamado de tratamento pessoal” (MP, p.vii.). Nessa passagem “pessoal” significa “típico” – embora em outro lugar Power expressa algumas reservas em relação ao conceito de “tipo ideal” de Max Weber.³⁰ Durante muito tempo, de fato, historiadores tem explícita ou (mais freqüentemente) implicitamente desdenhado da possibilidade de reconstruir as vidas de indivíduos desprivilegiados de um passado distante. De acordo com típica declaração feita por François Furet em 1963, historiadores podem tratar com grupos situados na parte mais baixa da escada social apenas numa perspectiva quantitativa, anônima, baseados na demografia sociológica e histórica.³¹ Poucos anos mais tarde, contudo, alguns historiadores começaram a contestar essa conclusão excessivamente pessimista para tentar reconstruir as vidas de indivíduos, homens e mulheres, das classes populares do passado. Muito significativamente, as mais ricas (para não dizerem

apenas disponíveis) evidências para esta empreitada subsiste, direta ou indiretamente, a partir de registros de tribunais de lugares e tempos distantes: França, século quatorze ou dezesseis, China ou Itália, século dezessete.³² Essa nova proximidade entre o historiador e o juiz trouxe novamente para a vanguarda, embora numa perspectiva diferente, convergências e divergências anteriormente mencionadas entre seus respectivos métodos.³³

O livro *O Retorno de Martim Guerre* de Natália David ilustra as implicações contraditórias desta proximidade. O julgamento contra o homem que pretendeu ser Martim Guerre está aparentemente perdido. David foi compelido a trabalhar sobre o comentário detalhado de Jean de Coras, o juiz que conduziu o julgamento. Assim, ela diz:

“Na ausência de testemunhos do julgamento (tais registros de casos de crimes antes de 1600 sumiram completamente do Parlamento de Toulouse), trabalhei por meio de registros de sentenças parlamentares a fim de encontrar mais sobre os negócios e sobre as práticas e atitudes dos juizes. Na busca dos meus atores rurais, tenho pesquisado através de contratos cartoriais através de povoados, acima de tudo, nas dioceses de Rieux and Lombez. Quando eu não pude encontrar meu indivíduo homem ou mulher, em Hendaye, em Artigat, em Sajas, ou em Burgos, então fiz meu melhor através de outras fontes do período e lugar para descobrir o mundo que eles tinham visto e as reações que eles poderiam ter tido”.³⁴

Nós inevitavelmente lembramos de Power. De fato, num recente ensaio, Davis traçou apaixonado e engajado retrato intelectual dela.³⁵ Mas Davis é muito mais cuidadosa que Power ao distinguir verdades de

²⁹ A palavra “certamente” aqui significa “presumivelmente”, uma freqüente troca na linguagem do historiador.

³⁰ Ver Davis, “History’s Two Bodies”, p. 22, onde ela cita o comentário crítico de Power sobre Weber em seu artigo, “On Medieval History as a Social Study”, *Economica*, n.s. 1 (Feb. 1934): 20-21.

³¹ Ver Furet, “Pour une définition des classes inférieures a l’époque moderne”: *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* 18 (May-June 1963): 459-74, esp. p. 459.

³² Ver Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, village, occitan de 1294 à 1314* (Paris, 1975), trad. Barbara Bray, sob o título *Montaillou: The Promised Land of Error* (New York, 1978); Davis, *The Return of Martin Guerre*, (Cambridge, Mass., 1983); Ginzburg, I benandanti (Torino, 1966), trad. Tedeschi and Tedeschi, sob o título *he Night Battles: Witchcraft and Agrarian Cults in the Sixteenth and Seventeenth Centuries* (Baltimore, 1983); Ginzburg, *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del 1500* (Torino, 1976), trad. Tedeschi and Tedeschi, sob o título *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller* (Baltimore, 1980); and Jonathan D. Spence, *The Death of Woman Wang* (New York, 1978).

³³ Ver Ginzburg, “The Inquisitor as Anthropologist”.

³⁴ Davis, “*The Returns of Martin Guerre*”, p. 5.

³⁵ Ver Davis, “History’s Two Bodies”.

possibilidades. Ao invés de dissimular dentro do modo indicativo as integrações, ela faz de maneira a preencher os vazios documentais. Davis os enfatiza pelo uso seja do modo condicional ou expressões com “talvez” e “pode ter sido”. Nós podemos comparar o método dela às técnicas do restaurador de arte moderna, como o suposto *rigatino*, em que as lacunas dentro da superfície pintada são enfatizadas por refinada produção em vez de ocultá-las através de nova pintura, como eles estiveram no passado.³⁶ Vendo como espaço de possibilidades históricas, o contexto dá ao historiador a possibilidade de integrar a evidência, freqüentemente constituída apenas por dispersos fragmentos, à vida individual. Estamos obviamente muito longe da perspectiva judicial.

O uso de registros de tribunais, portanto, não implica que historiadores, disfarçados de juizes, devam tentar decretar novamente o julgamento do passado – um objetivo que não teria razão de ser, se isso não for intrinsecamente impossível. Debates como o feito por Robert Finlay e Natalie Davis sobre a culpa ou inocência de Bertrande de Rols, a esposa de Martin Guerre, parece um pouco estranho. Mesmo o comentário de Davis sobre a importância de sua reconstrução do contexto com um simples “meta adicional” parece a mim marcado por certa timidez teórica.³⁷ O objetivo específico desse tipo de pesquisa histórica deveria ser, penso, a reconstrução da relação (sobre o que nós conhecemos tão pouco) entre vidas individuais e os contextos em que elas se desdobram.³⁸

Esforços para tentar unir esses dois pólos são freqüentemente suposições. Mas nem todas as suposições são aceitáveis. Deixa-nos dar uma olhada noutro livro baseado na literatura que conta de um julgamento perdido: *Death of Woman Wang*. Numa tentativa ousada para reconstruir o que Wang, a camponesa pobre que é a principal personagem do livro, estava sonhando imediatamente antes da violenta

morte dela, Spence usou uma série de fragmentos dos trabalhos literários de P'u Sung-ling, escritor chinês do século dezessete que viveu numa região vizinha. “Por combinar algumas das (suas) imagens na forma de montagem, isso pareceu a mim”, escreveu Spence, “que poderíamos irromper além de outras fontes desse mundo perdido, e quase chegar ao ponto de expressar o que deveria ter passado na mente da mulher Wang quando ela dormia antes de morrer”.³⁹ Não estou questionando a correção de Spence em relação aos leitores: o sonho foi impresso em itálico. Nós estamos, por conseguinte, numa zona intermediária, indicando possibilidade histórica (“que deveria ter sido”) e não evidência concreta. Mas para recriar o sonho de uma pobre mulher camponesa através das palavras de um letrado ensaísta e contador de estórias quase que parece um gratuito exercício.

5

Minha atitude em relação à questão da evidência e da prova é muito devedora ao trabalho de Arnaldo Momigliano. Não é por acaso que o tenho citado tão freqüentemente. Num ensaio publicado alguns anos antes de sua morte, ele se expressou de modo impetuoso sobre os “pontos fundamentais” como se segue:

[1] O historiador trabalha sobre a evidência. [2] Retórica não é seu negócio. [3] O historiador tem de assumir costumeiro senso comum como critério para julgar sua própria evidência. [4] Ele não deve permitir a si mesmo de ser convencido de que seus critérios da verdade são relativos e aquilo que é verdade para ele hoje não será verdade para ele amanhã.⁴⁰

[1] Tem se tornado menos e menos óbvio, em si mesmo e em suas implicações. Isso me parece absolutamente verdadeiro, mas [2] parece a mim, pelo contrário, impossível de se aceitar, acima de tudo se assumir que a linguagem do historiador tem implicações

³⁶ Ver Ginzburg, “Proofs and Possibilities”, pp. 122-25. Ver também A. Lloyd Moote, análise do *The Return of Martin Guerre*, by Davis, *American Historical Review* 90 (Oct. 1985): 943.

³⁷ Davis, “On the Lame” *American Historical Review* 93 (June 1988): 573. Ver Robert Finlay, “The Refashioning of Martin Guerre”, *American Historical Review* 93 (June 1988): 553-71.

³⁸ Ver Giovanni Levi, “Les Usages de la biographie” *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* 44 (Nov.-Dec. 1989): 1325-36.

³⁹ Spence, *The Death of Woman Wang*, pp. xiv-xv. See also pp. 128-31, 160-61.

⁴⁰ Momigliano, “Considerations on History in an Age of Ideologies”, *Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico* (Rome, 1984), p. 268; nessa passagem acima citada, os números em colchetes são meus. Ver dele também “Rhetoric of History and the History of Rhetoric: On Hayden White’s Tropes.” pp. 49-59 do mesmo volume.

cognitivas e não meramente retóricas. [3] Parece provocação consciente que contradiz todo o trabalho de Momigliano, no qual ele explorou a longa e complexa história daqueles alegados “senso comum”. Considero a rejeição do relativismo, tão fortemente expresso na [4], como particularmente importante e basicamente verdadeiro. Mas sugeriria que uma distinção deveria ser feita entre verdade, como um princípio regulador, e critério de verdade.⁴¹ Os exemplos analisados anteriormente mostram que os respectivos papéis da verdade e da possibilidade são, na pesquisa histórica contemporânea, um debate e ainda resulta em aberto. É

impossível prever se um novo consenso erudito, comparável àquele que emergiu no fim do século dezoito em torno da relevância dos métodos antiquários, irá emergir sobre essas questões. Mas isso (cito novamente Momigliano) “não é [nosso] negócio”.

Uma simples analogia poderia ser sugestiva nesse contexto. Nem o desenvolvimento do passado e do futuro do idioma por nós falado, nem a existência de outras linguagens, afetam o nosso compromisso com a nossa língua ou com o seu domínio sobre realidade. Traduzibilidade e relativismo não são sinônimos.

⁴¹ Sobre a noção (Kantiana) de “idéias reguladoras”, ver Amos Funkenstein. *Theology and the Scientific Imagination from the Middle Ages to the Seventeenth Century* (Princeton, N.J., 1986), pp. 18-22.